



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo n° 10283.007108/2010-38
Recurso Voluntário
Acórdão n° 3201-008.731 – 3ª Seção de Julgamento / 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 23 de junho de 2021
Recorrente ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Período de apuração: 27/12/2009 a 18/10/2010

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. REGISTRO EXTEMPORÂNEO DE CONHECIMENTO ELETRÔNICO.

A informação extemporânea das cargas transportadas enseja a aplicação da penalidade aduaneira estabelecida no art. 107, IV, “e” do Decreto-lei no 37/66.

DENÚNCIA ESPONTÂNEA. MULTA ADMINISTRATIVA ADUANEIRA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. SÚMULA CARF N.º 126.

Nos termos do enunciado da Súmula CARF n.º 126, com efeitos vinculantes para toda a Administração Tributária, a denúncia espontânea não alcança as penalidades infligidas pelo descumprimento dos deveres instrumentais decorrentes da inobservância dos prazos fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para prestação de informações à administração aduaneira, mesmo após o advento da nova redação do art. 102 do Decreto-Lei nº 37, de 1966, dada pelo art. 40 da Lei nº 12.350, de 2010.

OBRIGAÇÃO DE PRESTAR INFORMAÇÕES. NECESSIDADE DE COMPROVAR EFETIVO PREJUÍZO AO FISCO EM DECORRÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO. INEXISTÊNCIA.

O núcleo do tipo infracional é simplesmente “*deixar de prestar informação (...) na forma e no prazo estabelecidos*”, não se exigindo qualquer resultado naturalístico para sua consumação.

O art. 94 do Decreto-lei nº 37/66, ao definir o conceito de “infração”, não o condiciona a qualquer comprovação de prejuízo efetivo para o Fisco, mas tão somente à “*inobservância, (...) de norma estabelecida neste Decreto-Lei (...) ou em ato administrativo de caráter normativo destinado a completá-los*”. Além disso, possui comando expresso em seu § 2º no sentido de que a responsabilidade pelas infrações independe “*da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato*”.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário. Vencido o conselheiro Pedro Rinaldi de Oliveira Lima que dava provimento parcial ao recurso para a aplicação da multa por viagem.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Roberto Duarte Moreira - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Leonardo Vinicius Toledo de Andrade - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Hécio Lafeté Reis, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Mara Cristina Sifuentes, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Lara Moura Franco Eduardo (suplente convocado(a)), Laércio Cruz Uliana Junior, Márcio Robson Costa, Paulo Roberto Duarte Moreira (Presidente). Ausente(s) o conselheiro(a) Arnaldo Diefenthaler Dornelles.

Relatório

Por retratar com fidelidade os fatos, adoto, com os devidos acréscimos, o relatório produzido em primeira instância, o qual está consignado nos seguintes termos:

“O presente processo é referente à exigência de multa pelo descumprimento da obrigação de prestar informação sobre carga transportada, na forma e no prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. O lançamento, que totalizou R\$ 190.000,00 à época de sua formalização, foi contestado pela empresa autuada.

Da Autuação

Conforme consta na descrição dos fatos do Auto de Infração, a autuada descumpriu a obrigação de prestar informações sobre carga transportada no prazo estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), especificamente no art. 22, II, “d”, c/c art. 50, parágrafo único, da Instrução Normativa RFB nº 800, de 27/12/2007. Assim, a fiscalização considerou caracterizada a infração tipificada no art. 107, IV, “e”, do Decreto-Lei nº 37/1966, com redação dada pela Lei nº 10.833/2003, e aplicou a multa ali prescrita.

Antes de adentrar na descrição da conduta irregular, a autoridade lançadora fez explanação acerca do comércio marítimo internacional, na qual esclarece quem são os intervenientes nessa atividade; a documentação utilizada; a obrigatoriedade de prestar informações, os prazos e a sistemática de utilização delas. Em seguida, apresentou dispositivo legal que trata da denúncia espontânea e das situações em que ela é excluída, e comentou sobre os danos causados ao controle aduaneiro pelo descumprimento das normas referentes à prestação de informações pelos intervenientes no transporte de cargas.

Na sequência a fiscalização discorreu sobre o tipo de infração verificada, inclusive no tocante à sua penalização, que foi objeto de orientações específicas formalizadas no Ato Declaratório Executivo Corep nº 3, de 28/3/2008. Depois, passou a demonstrar as irregularidades apuradas, que dizem respeito a atrasos na prestação de informações sobre Conhecimentos Eletrônicos, conforme demonstrado na Tabela 1 (fl. 24), e na vinculação de Manifestos Eletrônicos às respectivas escalas, conforme Tabela 2 (fl. 25).

De acordo com os dados apresentados, as citadas informações foram prestadas de forma extemporânea, após a atracação do navio transportador, fato esse que inclusive foi objeto de Termo de Constatação, em que a autuada ratifica o conhecimento das irregularidades praticadas.

Diante dos fatos apurados, foi lavrado o Auto de Infração em debate, aplicando a multa de R\$ 5.000,00 para cada ocorrência demonstrada nas citadas tabelas.

Da Impugnação

O sujeito passivo foi cientificado da exação em 26/5/2011 e apresentou impugnação (fls. 436448) em 17/6/2011, na qual aduz os seguintes argumentos.

a) **Duplicidade de multa para o mesmo navio/viagem.** Há penalidade em excesso no Auto de Infração, pois constam infrações imputadas à impugnante correspondentes a embarques realizados em apenas um navio/viagem. Assim, se infração houve, nesses casos só poderia ser aplicada multa uma única vez, consoante já decidiu a própria Receita Federal na Solução de Consulta Interna (SCI) n.º 8, de 14/2/2008.

b) **Ausência de tipicidade.** A conduta da impugnante não está tipificada no art. 107, IV, “e”, do Decreto-Lei n.º 37/1966, com redação dada pela Lei n.º 10.833/2003, uma vez que ela não deixou de prestar a informação exigida e a norma punitiva não admite analogia ou interpretação extensiva. Retificar uma informação não é a mesma coisa que deixar de prestá-la.

c) **Violação ao princípio da reserva legal (CTN, art. 97, V).** O art. 45, § 1º, da IN RFB n.º 800/2007, ao equiparar a conduta da autuante à não prestação de informação, criou nova penalidade não prevista em lei. Somente a lei, em sentido estrito, pode instituir penalidade.

d) **Falta de elemento essencial da obrigação acessória.** De acordo com o disposto no art. 113, § 2º, do CTN, esse tipo de obrigação deve ser instituída “no interesse da arrecadação ou fiscalização dos tributos”. Ocorre que a eventual prestação de informação fora do prazo estipulado não gera nenhum efeito no âmbito arrecadatório ou fiscalizatório.

e) **Denúncia espontânea.** Conforme se depreende dos autos, ainda que a destempo, as informações foram prestadas pela própria impugnante, antes do início da fiscalização.

Assim não é cabível a multa exigida, pois se aplica ao caso o instituto da denúncia espontânea, consoante dispõe o art. 102, § 2º, do Decreto-Lei n.º 37/1966, bem como o art.

138 do CTN, para fins de exclusão da penalidade.

Ao final a impugnante requer que seja excluída sua responsabilidade e cancelado o lançamento pelos motivos retroexpendidos.”

A decisão recorrida julgou improcedente a Impugnação e apresenta a seguinte ementa:

“ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Período de apuração: 27/12/2009 a 18/10/2010

IMPORTAÇÃO DE CARGAS CONSOLIDADAS. MULTA PELO ATRASO NA INFORMAÇÃO. DELIMITAÇÃO DA INCIDÊNCIA.

Na importação de cargas consolidadas, a prestação intempestiva de informação legalmente exigida é punida com multa específica, que é aplicável em relação a cada correspondente Conhecimento Eletrônico, Manifesto Eletrônico ou veículo transportador.

REGISTRO SOBRE CARGA TRANSPORTADA. RETIFICAÇÃO APÓS O PRAZO PARA PRESTAR INFORMAÇÕES. MULTA.

A retificação de registro sobre carga transportada, após o prazo legal para prestar informações sobre ela, confirma que o dado correto não foi apresentado tempestivamente, fato que é tipificado como infração, punível com multa específica, independente da intenção do agente.

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. DESCABIMENTO.

A prestação de informação sobre a carga transportada, na forma e no prazo legalmente fixados, é obrigação acessória autônoma, cujo descumprimento não comporta aplicação da denúncia espontânea, que nesse caso específico é expressamente afastada após a atracação do veículo transportador.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Período de apuração: 27/12/2009 a 18/10/2010

NORMA EM PLENO VIGOR. INOBSERVÂNCIA POR CONTA DE SUPOSTO VÍCIO NAS OBRIGAÇÕES INSTITUÍDAS. VEDAÇÃO.

A IN RFB n.º 800/2007 foi regularmente inserida no ordenamento jurídico, razão pela qual não pode ser afastada pelo julgador administrativo, cuja atuação é pautada pelo princípio da legalidade, nem descumprida por conta de suposto vício nas obrigações estabelecidas.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido”

O Recurso Voluntário da Recorrente foi interposto de forma hábil e tempestiva, contendo, em breve síntese, os seguintes argumentos:

(i) há excesso na aplicação das multas, pois do total de 38 (trinta e oito) multas, 15 (quinze) destas seriam indevidas;

(ii) se infração houve, somente, uma multa pode ser aplicada por navio/viagem;

(iii) a própria Receita Federal já unificou o entendimento de que o transportador só pode ser multa uma única vez pela “infração de não se prestar as informações exigidas na forma e no prazo”, através da Consulta Interna COSIT SCI n.º 8, de 14/02/2008;

(iv) ao caso tem aplicação o instituto da denúncia espontânea previsto no art. 102, § 2º do Decreto-Lei n.º 37/66;

(v) não deixou de prestar informação no prazo previsto em Regulamento, pois as informações referentes à descarga do navio por ela agenciado foram tempestivas, sendo que, no caso, o que houve foi uma alteração de informação, o que não pode ser interpretado como uma inclusão intempestiva de informações, já que todos os dados do transporte constavam no sistema Siscomex-Carga;

(vi) a retificação de informação não se encontra tipificada na alínea “e”, do inc. IV, do art. 107, do Decreto-Lei 37/66;

(vii) a multa aplicada ofende o princípio da reserva legal previsto no art. 97, inc. V do Código Tributário Nacional, pois está fundamentada apenas na Instrução Normativa n.º 800/2007;

(viii) a autuação carece de elemento essencial de validade;

(ix) no caso em tela, sequer há um fim específico e próprio que justificasse a penalidade, bem como falta o elemento essencial da finalidade de estar “no interesse da arrecadação ou fiscalização dos tributos”, considerando que eventual descumprimento de prestar informações no prazo estipulado, não gera qualquer efeito no âmbito arrecadatório ou fiscalizatório de tributos; e

(x) a Autoridade Fiscalizadora não menciona no Auto de Infração qualquer prejuízo arrecadatório ao Fisco.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Relator.

O Recurso Voluntário é tempestivo e reúne os demais pressupostos legais de admissibilidade, dele, portanto, tomo conhecimento.

- Da retificação das informações

Para melhor compreensão da matéria, se faz necessário esclarecer que o Auto de Infração combatido traz a descrição de 38 (trinta e oito) ocorrências, todas elas referentes ao atraso na prestação de informações e não retificação conforme defendido pela Recorrente.

Compreendo que no caso específico, as situações narradas no Auto de Infração tratam efetivamente do atraso na prestação de informações.

Dispõe o Auto de Infração:

“Informações sobre Conhecimentos Eletrônicos

A empresa ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA., na qualidade de transportador, prestou informações intempestivas sobre os Conhecimentos Eletrônicos listados na Tabela 1, anexa a este auto de infração.

De acordo com a Instrução Normativa 800 de 27 de dezembro de 2007, art. 22, inciso II, d, o prazo para a inclusão das informações listadas (coluna Informações Prestadas Intempestivamente) se esgotou quarenta e oito horas antes da atracação da embarcação no primeiro porto nacional.

Como se pode observar na tabela, a data de inclusão, em todas as ocorrências, foi posterior à data limite estabelecida pela Instrução Normativa. Os dados necessários à caracterização do fato, assim como a identificação dos Termos de Constatação assinados pela empresa ratificando o conhecimento do fato, encontram-se devidamente listados na Tabela 1.

Informações sobre Manifestos Eletrônicos

A empresa ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA., na qualidade de transportador, prestou informações intempestivas sobre os Manifestos Eletrônicos listados na Tabela 2, anexa a este auto de infração.

De acordo com a Instrução Normativa 800 de 27 de dezembro de 2007, art. 22, inciso II, d, o prazo para a inclusão das informações listadas (coluna Informações Prestadas Intempestivamente) se esgotou quarenta e oito horas antes da atracação da embarcação no primeiro porto nacional.

Como se pode observar na tabela, a data de inclusão, em todas as ocorrências, foi posterior à data limite estabelecida pela Instrução Normativa. Os dados necessários à caracterização do fato, assim como a identificação dos Termos de Constatação assinados pela empresa ratificando o conhecimento do fato, encontram-se devidamente listados na Tabela 2.”

A citada Tabela 1 contém as informações que embasaram a autuação;



folha de continuação do AUTO DE INFRAÇÃO 0227600/00278/11

Sujeito Passivo

CPF

02.427.026/0001-46

Razão Social

ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.

Tabela 1: Tabela de Ocorrências – Conhecimento Eletrônico

CE	Data Prestação da Informação	Tipo CE	Manifesto	Tipo Manifesto	Escala	Porto	Embarcação	Data de atracação	Data limite para prestar informação	Termo de Constatação	Informação Prestada Intempestivamente	
1	010905172019404	29/12/09 10:13	master	1509502433907	LCI	09000399730	SANTOS	RIO NEGRO	29/12/2009 10:13	27/12/09 10:13	17/2010	alteração de item
2	010905175117288	27/11/10 15:50	único	0709502471180	LCI	09000407252	SUAPE	CAP PRIOR	03/01/2010 07:00	1/11/10 7:00	22/2010	ASSOCIAÇÃO BULMAN
3	011005026529076	8/4/10 10:35	único	1310500332578	LCI	10000063263	ITAGUAI	MONTE OLIVA	02/03/2010 23:09	28/2/10 23:09	98/2009	ASSOCIAÇÃO BULMAN
4	011005030960800	7/4/10 13:46	único	1310500384209	LCI	10000069474	ITAGUAI	MONTE PASCOAL	10/03/2010 03:21	8/3/10 3:21	98/2010	ASSOCIAÇÃO BULMAN
5	011005049200895	1/4/10 16:54	master	1610500480614	LCI	10000077140	R. DE JANEIRO	LIRCA Y	28/03/2010 23:15	26/3/10 23:15	109/2010	inclusão de carga
6	011005049186531	1/4/10 16:44	único	1610500480614	LCI	10000077140	R. DE JANEIRO	LIRCA Y	28/03/2010 23:15	26/3/10 23:15	109/2013	inclusão de carga
7	011005049161709	1/4/10 16:31	master	1610500480657	LCI	10000077140	R. DE JANEIRO	LIRCA Y	28/03/2010 23:15	26/3/10 23:15	109/2014	inclusão de carga
8	011005043397778	23/4/10 10:55	único	0710500536734	LCI	10000093065	SUAPE	ST-CERQUE	30/03/2010 06:14	28/3/10 6:14	128/2010	alteração de carga
9	01100506144769	22/4/10 14:56	único	0110500726675	LCI	10000122863	RIO GRANDE	ALIANÇA SANTOS	22/04/2010 14:56	20/4/10 14:56	144/2010	inclusão de carga
10	011005013452371	26/2/10 15:17	master	2110500166980	LCI	1000012375	RIO GRANDE	CAP HARRIETT	06/02/2010 07:07	4/2/10 7:07	144/2010	alteração de carga
11	011005059278501	31/5/10 10:08	master	0710500727726	LCI	10000134098	SUAPE	ARIANA	27/04/2010 17:59	25/4/10 17:59	152/2010	alteração de item
12	011005030938716	5/4/10 17:14	único	1310500384202	LCI	10000069474	ITAGUAI	MONTE PASCOAL	10/03/2010 03:21	8/3/10 3:21	96/2010	ASSOCIAÇÃO BULMAN
13	011005095234101	26/7/10 9:48	master	1310501157940	LCI	10000198220	ITAGUAI	MONTE AZUL	22/06/2010 22:48	20/6/10 22:48	200/2010	ALTERAÇÃO ITEM
14	011005107557797	3/8/10 18:15	único	1310501300416	LCI	10000223058	ITAGUAI	ALIANÇA MALU	14/07/2010 04:14	12/7/10 4:14	215/2010	ASSOCIAÇÃO BULMAN
15	011005107557363	3/8/10 18:15	único	1310501300416	LCI	10000223058	ITAGUAI	ALIANÇA MALU	14/07/2010 04:14	12/7/10 4:14	216/2010	ASSOCIAÇÃO BULMAN
16	011005133982840	13/8/10 16:49	único	2110501526689	LCI	10000238195	RIO GRANDE	YOKOHAMA	07/08/2010 22:51	5/8/10 22:51	230/2010	inclusão de carga
17	011005133982840	13/8/10 16:49	único	2110501526689	LCI	10000238195	RIO GRANDE	YOKOHAMA	07/08/2010 22:51	5/8/10 22:51	231/2010	inclusão de carga
18	011005133466833	13/8/10 9:59	único	2110501459752	LCI	10000238195	RIO GRANDE	YOKOHAMA	07/08/2010 22:51	5/8/10 22:51	232/2010	inclusão de carga
19	001009026519000	7/8/10 22:51	único	2110901549517	BCE	10000238195	RIO GRANDE	YOKOHAMA	07/08/2010 22:51	5/8/10 22:51	233/2010	inclusão de carga
20	001009026510398	7/8/10 22:51	único	2110901549690	BCE	10000238195	RIO GRANDE	YOKOHAMA	07/08/2010 22:51	5/8/10 22:51	234/2010	inclusão de carga
21	011005113147929	19/8/10 17:30	único	1310501366140	LCI	10000241803	ITAGUAI	MONTE SARMENTO	21/07/2010 00:59	19/7/10 00:59	246/2010	ASSOCIAÇÃO BULMAN
22	011005117284734	18/8/10 19:31	único	1310501411137	LCI	10000246244	ITAGUAI	COMMANDER	25/07/2010 21:20	23/7/10 21:20	246/2010	ASSOCIAÇÃO BULMAN
23	011005117284904	18/8/10 19:31	único	1310501411137	LCI	10000246244	ITAGUAI	COMMANDER	25/07/2010 21:20	23/7/10 21:20	246/2010	ASSOCIAÇÃO BULMAN
24	011005117285110	18/8/10 19:32	único	1310501411137	LCI	10000246244	ITAGUAI	COMMANDER	25/07/2010 21:20	23/7/10 21:20	246/2010	ASSOCIAÇÃO BULMAN
25	011005113266502	24/8/10 15:38	único	1310501366964	LCI	10000241803	ITAGUAI	MONTE SARMENTO	21/07/2010 00:59	19/7/10 0:59	252/2010	ASSOCIAÇÃO BULMAN
26	011005141408413	16/9/10 14:21	master	0710501683870	LCI	10000290430	SUAPE	CMA CGM ANEMONE	28/08/2010 18:15	26/8/10 18:15	284/2010	alteração de item
27	011005193724812	8/11/10 12:31	único	0110502106283	LCI	10000359766	RIO GRANDE	ALIANÇA MANAUS	20/10/2010 00:03	18/10/10 0:03	345/2010	inclusão de carga
28	011005193715317	8/11/10 11:53	único	0110502106283	LCI	10000359766	RIO GRANDE	ALIANÇA MANAUS	20/10/2010 00:03	18/10/10 0:03	345/2010	inclusão de carga

KARLA MENDES DE SOUSA
MAT.: 1578154-6
AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pela tabela reproduzida, tem-se que os Conhecimentos eletrônicos Genérico (master) e único são distintos, constam as datas em que as informações foram prestadas e as datas limites, estando claro que foram prestadas intempestivamente.

A Recorrente sequer se defende sobre eventual impropriedade na tabela citada, o que demonstra concordar com os dados ali constantes.

Acerta a decisão recorrida quando consigna:

“Diante do exposto, considerando-se que o fato que deu ensejo à autuação não foi a mera retificação de dado informado, mas sim o não fornecimento da informação correta no prazo fixado, **conclui-se que não procede a alegação da impugnante de atipicidade da conduta apenada.**”

É atribuição das partes do processo manterem-se atualizados em relação a data e hora de atracação, de forma que possam, de modo tempestivo, cumprir com suas obrigações acessórias.

No caso concreto, efetivamente, não se trata de retificação de informação, mas de prestação de informações intempestivas sobre os Conhecimentos Eletrônicos elencados.

De igual modo se conclui pela intempestividade dos manifestos informados, conforme Tabela 2 do Auto de infração a seguir reproduzida:



folha de continuação do AUTO DE INFRAÇÃO 0227600/00278/11

Sujeito Passivo CPF: 02.427.026/0001-46
Razão Social: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.

Tabela 2: Tabela de Ocorrências – Manifesto Eletrônico

Ocorrência	Data Prestação da Informação	Manifesto	Tipo Manifesto	Escala	Porto	Embarcação	Data de atracação	Data limite para prestar informação	Termo de Constatação	Informação Prestada Intempestivamente
29	11/1/10 6:44	0110B00021453	BCE	09000394444	SUAPE	FLAMENGO	09/01/2010 00:28	7/1/10 0:28	8/2010	VINCULAÇÃO MANESC
30	1/3/10 10:31	0110500274502	LCI	10000041910	RIO GRANDE	COPACABANA	18/02/2010 14:25	16/2/10 14:25	69/2010	VINCULAÇÃO MANESC
31	5/3/10 14:29	0110500359532	LCI	10000062976	RIO GRANDE	ALIANÇA BRASIL	01/03/2010 12:00	27/2/10 12:00	76/2010	VINCULAÇÃO MANESC
32	11/3/10 3:56	0110B00328753	BCE	10000025825	Manaus	FLAMENGO	22/02/2010 22:42	20/2/10 22:42	76/2011	VINCULAÇÃO MANESC
33	5/3/10 14:29	0110500359613	LCI	10000062976	RIO GRANDE	ALIANÇA BRASIL	01/03/2010 21:19	27/2/10 21:19	76/2012	VINCULAÇÃO MANESC
34	14/6/10 17:58	0110501134941	LCI	10000195550	RIO GRANDE	ALIANÇA MANAUS	14/06/2010 17:58	12/6/10 17:58	171/2010	VINCULAÇÃO MANESC
35	14/6/10 17:58	0110501135026	LCI	10000195550	RIO GRANDE	ALIANÇA MANAUS	14/06/2010 17:58	12/6/10 17:58	175/2010	VINCULAÇÃO MANESC
36	16/8/10 3:14	0110501505613	LCI	10000250934	RIO GRANDE	COMMANDER	03/08/2010 12:32	1/8/10 12:32	246/2010	VINCULAÇÃO MANESC
37	6/10/10 18:16	0110501830905	LCI	10000309092	SANTOS	COMMANDER	21/09/2010 05:21	19/9/10 5:21	302/2010	VINCULAÇÃO MANESC
38	6/10/10 18:16	0110501831049	LCI	10000309092	SANTOS	COMMANDER	21/09/2010 05:21	19/9/10 5:21	302/2010	VINCULAÇÃO MANESC

KARLA MENDES DE SOUSA
MAT. - 1979194-4
AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em sendo descumprido o prazo para a prestação de informações em relação aos conhecimentos e manifestos eletrônicos e é de se aplicar a penalidade prevista. O CARF possui entendimento uníssono no sentido de que a prestação intempestiva de informações implica na aplicação de multa pelo descumprimento de obrigação acessória. Neste sentido:

“ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Data do fato gerador: 14/04/2009

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. REGISTRO EXTEMPORÂNEO DE CONHECIMENTO ELETRÔNICO.

A informação extemporânea das cargas transportadas enseja a aplicação da penalidade aduaneira estabelecida no art. 107, IV, “e” do Decreto-lei no 37/66. Incabível os argumentos de denúncia espontânea por não se aplicar aos casos de descumprimento de prazos. Aplica-se o estabelecido na Súmula CARF n.º 126.” (Processo n.º 11050.721103/2011-07; Acórdão n.º 3001-001.755; Relator Conselheiro Marcos Roberto da Silva; sessão de 11/02/2021)

“ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Data do fato gerador: 13/03/2014

(...)

MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. REGISTRO NO SISCOMEX DOS DADOS DE EMBARQUE. PRAZO.

O registro dos informações de Conhecimento Eletrônico após o prazo limite de 48 horas antes da efetiva atracação, caracteriza a infração contida na alínea e, inciso IV, do artigo 107 do Decreto-Lei n.º 37/66. (...)” (Processo n.º 10909.722967/2016-41; Acórdão n.º

3002-001.066; Relatora Conselheira Maria Eduarda Alencar Câmara Simões; sessão de 13/02/2020)

“ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Ano-calendário: 2008

MULTA REGULAMENTAR. DIREITO ADUANEIRO. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES FORA DO PRAZO.

A multa por prestação de informações fora do prazo encontra-se prevista na alínea "e", do inciso IV, do artigo 107 do Decreto Lei n 37/1966 prescindindo, para a sua aplicação, de que haja prejuízo ao Erário, sobretudo por se tratar de obrigação acessória em que as informações devem ser prestadas na forma e prazo estabelecidos pela Receita Federal. (...)” (Processo nº 10283.002809/2011-61; Acórdão nº 3003-000.868; Relator Conselheiro Marcos Antonio Borges; sessão de 23/01/2020)

Neste contexto é de se negar provimento na matéria.

- Do excesso de penalidade

Aduz a Recorrente a ocorrência de excesso na aplicação das multas, pois do total de 38 (trinta e oito) multas, 15 (quinze) destas seriam indevidas, pois se infração houve, a penalidade somente poderia ter sido aplicada uma única vez por navio/viagem.

Improcede o argumento recursal. A decisão recorrida apreciou a questão nos seguintes termos:

“A autuada alega que houve duplicidade de multas pela mesma infração, relativamente aos casos em que os atrasos nas informações são referentes aos mesmos navios/viagens. Sustenta que, nessa situação, a penalidade seria aplicável apenas uma vez, pois a própria Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) assim já teria se manifestado na Solução de Consulta Interna (SCI) nº 8 - Cosit, de 14/2/2008:

Ora, o transportador que deixou de informar os dados de embarque de uma declaração de exportação e o que deixou de informar os dados de embarque sobre todas as declarações de exportação cometeram a mesma infração, ou seja, deixaram de cumprir a obrigação acessória de informar os dados de embarque.

Nestes termos, a multa deve ser aplicada uma única vez por veículo transportador, pela omissão de não prestar as informações exigidas na forma e no prazo estipulados.

(...)

No caso sob análise não se pode concluir que houve apenas uma infração. Examinando-se as ocorrências citadas pela fiscalização, verifica-se que as multas aplicadas foram decorrentes de condutas similares, porém, **relativas a cargas distintas**. Sendo assim, não se pode afirmar sequer que as infrações são idênticas, uma vez que são diferentes seus objetos materiais.

(...)

No caso sob exame, a penalidade foi aplicada pela mesma conduta irregular, mas em relação a diferentes cargas e Conhecimentos Eletrônicos (CE). Ou seja, **não se trata da prática de uma só infração, mas sim da repetição de fatos típicos independentes.**”

O Auto de Infração deixou claro que as penalidades impostas foram aplicadas uma única vez por ocorrência descrita, ou seja, para os conhecimentos eletrônicos genéricos informados e para os manifestos eletrônicos indicados.

“Diante do exposto, aplica-se a multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), **para cada ocorrência relatada na descrição dos fatos acima**, pelo descumprimento de obrigação acessória (prestação de informação fora do prazo estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil), com base na alínea "e" do inciso IV do art. 107 do Decreto-Lei nº 37, de 18/11/1966, com redação dada pelo art. 77 da Lei nº 10.833, de 29/12/2003.”

Com relação as ocorrências que se referem a Manifestos distintos, há a incidência de penalidade em cada um deles.

Neste sentido trago os seguintes precedentes do Poder Judiciário:

“TRIBUTÁRIO. ADUANEIRO. AGENTE DE CARGAS/TRANSPORTADOR. MULTA. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CARGAS. DECRETO-LEI 37/66. 1. Nos termos do art. 37 do Decreto-lei 37/66. O agente de cargas tem obrigação de prestar informações, na forma e prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, sobre as operações que executa e as respectivas cargas, sendo aplicável a pena de multa prevista no art. 107, IV, alínea 'e', daquele Decreto-Lei, no caso de inobservância de tal dever. 2. **A penalidade do art. 107, IV, 'e' do Decreto-Lei 37/66 deve ser aplicada pela ausência ou atraso na prestação de informações sobre carga determinada, entendida como unidade de carga transportada, representada por um manifesto, e não por cada informação inexata prestada, limitando-se, assim, à imposição de uma multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por manifesto de carga.** 3. Não se aplica o instituto da denúncia espontânea quando se trata de multa isolada imposta em face do descumprimento de obrigação tributária acessória autônoma, como é o caso da obrigação do agente de cargas em prestar informações à Receita Federal (art. 37 do Decreto-Lei 37/66). Precedentes do STJ e desta Corte.” (TRF4, AC 5017913-06.2016.4.04.7208, SEGUNDA TURMA, Relator ALEXANDRE ROSSATO DA SILVA ÁVILA, juntado aos autos em 15/12/2020) (nosso destaque)

Do voto condutor destaque:

“Inexiste previsão legal para a incidência da **multa** a cada informação inexata ou extemporânea registrada pelo agente de cargas, e, considerada a necessária observância dos princípios da legalidade e tipicidade na imposição de penalidades, deve ser mantida apenas a aplicação de uma multa de R\$ 5.000,00 (art. 107, IV, 'e', Decreto-Lei 37/66) por **manifesto** de carga.”

No mesmo sentido:

“EMENTA AÇÃO ORDINÁRIA. ADUANEIRO E ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. PRESTAÇÃO INTEMPESTIVA DE INFORMAÇÕES. LEGITIMIDADE PASSIVA NÃO AFASTADA. AUTUAÇÃO. ART. 107, INC. IV, ALÍNEA “E”, DO DECRETO-LEI Nº 37/66. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. INAPLICABILIDADE. “BIS IN IDEM”. NÃO OCORRÊNCIA. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

1. A presente ação tem por escopo a anulação de crédito tributário oriundo de auto de infração consubstanciado no Processo Administrativo Fiscal – P.A.F nº 11128.720.495/2019-95.

2. Compulsando os autos, verifica-se que a autora, ora apelante, foi autuada com fulcro no artigo 107, inc. IV, alínea "e", do Decreto-Lei nº 37/66 (com redação dada pelo artigo 77 da Lei nº 10.833/03), por "não prestação de informação sobre veículo ou carga transportada, ou sobre operações que executar".

3. Observa-se, à vista de cópia do P.A.F nº 11128.007812/2009-11 (Id 142712723), que a autuação lavrada pela autoridade fiscal em face da ora apelante compreende 02 (duas) infrações autônomas, previstas no referido dispositivo legal, contendo descrição pormenorizada de cada evento. **Em suma, foram apuradas 02 (duas) informações extemporâneas, a saber: 1ª) Inclusão do Manifesto 1518501051899 em 21/05/2018, às 15h09:27, a destempe - tempo inferior a vinte e quatro horas (rota de exceção)**

anteriores ao registro da atracação em porto nacional, ou seja, o primeiro porto, segundo o prazo pré-estabelecido pela SRFB; e 2ª) Associação/Vinculação do Manifesto 1518501051899 à Escala 18000150510 em 21/05/2018, às 17h17:29, a destempo, segundo o prazo pré-estabelecido pela SRFB. Para o caso concreto em análise a perda de prazo se deu pela vinculação em tempo inferior a vinte e quatro horas (rota de exceção) anteriores ao registro da atracação. Assim, não se trata, portanto, de “bis in idem”, tendo sido apurado o crédito fiscal no valor de R\$ 10.000,00 com o respectivo enquadramento legal e fundamentação minuciosamente descritos no auto de infração lavrado (Id 142712723).

4. No âmbito de sua competência, a Receita Federal do Brasil estipulou através dos artigos 22 a 50 da Instrução Normativa SRF nº 800, de 27 de dezembro de 2007, com redação alterada pela IN RFB nº 899, de 29 de dezembro de 2000, os prazos mínimos para a prestação de informações.

(...)

12. Apelação não provida.” (TRF 3ª Região, 3ª Turma, ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL - 5005208-12.2019.4.03.6104, Rel. Desembargador Federal NERY DA COSTA JUNIOR, julgado em 11/12/2020, Intimação via sistema DATA: 15/12/2020) (nosso destaque)

Assim, não houve a alegada cobrança em excesso da penalidade.

- Da denúncia espontânea – art. 102, § 2º, do Decreto-lei nº 37/66

Defende a Recorrente a aplicação do instituto da denúncia espontânea.

Como visto, a autuação trata da imposição de multa pelo descumprimento de obrigação acessória.

Improcede o argumento recursal.

A matéria foi resolvida no âmbito do CARF com a edição da Súmula nº 126, de aplicação obrigatória, conforme Portaria ME nº 129 de 01/04/2019, ementada nos seguintes termos:

“Súmula CARF nº 126

A denúncia espontânea não alcança as penalidades infligidas pelo descumprimento dos deveres instrumentais decorrentes da inobservância dos prazos fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para prestação de informações à administração aduaneira, mesmo após o advento da nova redação do art. 102 do Decreto-Lei nº 37, de 1966, dada pelo art. 40 da Lei nº 12.350, de 2010 .(Vinculante, conforme Portaria ME nº 129 de 01/04/2019, DOU de 02/04/2019).”

A jurisprudência do CARF, portanto, está consolidada, conforme precedentes a seguir:

“ASSUNTO: REGIMES ADUANEIROS

Data do fato gerador: 23/09/2008

DENÚNCIA ESPONTÂNEA. MULTA ADMINISTRATIVA ADUANEIRA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. SÚMULA CARF N.º 126.

Nos termos do enunciado da Súmula CARF n.º 126, com efeitos vinculantes para toda a Administração Tributária, a denúncia espontânea não alcança as penalidades infligidas pelo descumprimento dos deveres instrumentais decorrentes da inobservância dos prazos fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para prestação de informações à administração aduaneira, mesmo após o advento da nova redação do art. 102 do Decreto-Lei nº 37, de 1966, dada pelo art. 40 da Lei nº 12.350, de 2010.”

(Processo n.º 10711.006071/2009-08; Acórdão n.º 9303-010.200; Relatora Conselheira Érika Costa Camargos Autran; sessão de 10/03/2020)

“ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Data do fato gerador: 28/05/2009

(...)

DENÚNCIA ESPONTÂNEA. SÚMULA CARF N.º 126.

Em razão do disposto na súmula CARF n.º 126, a denúncia espontânea não alcança as penalidades infligidas pelo descumprimento dos deveres instrumentais decorrentes da inobservância dos prazos fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para prestação de informações à administração aduaneira, mesmo após o advento da nova redação do art. 102 do Decreto-Lei n.º 37, de 1966, dada pelo art. 40 da Lei n.º 12.350, de 2010. (...)” (Processo n.º 11968.000910/2009-27; Acórdão n.º 3002-001.091; Relatora Conselheira Maria Eduarda Alencar Câmara Simões; sessão de 10/03/2020)

“ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Ano-calendário: 2008

(...)

DENÚNCIA ESPONTÂNEA. SÚMULA CARF N.º 126.

A denúncia espontânea não alcança as penalidades infligidas pelo descumprimento dos deveres instrumentais decorrentes da inobservância dos prazos fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para prestação de informações à administração aduaneira, mesmo após o advento da nova redação do art. 102 do Decreto-Lei n.º 37, de 1966, dada pelo art. 40 da Lei n.º 12.350, de 2010. (...)” (Processo n.º 11128.006980/2010-14; Acórdão n.º 3003-000.932; Relator Conselheiro Márcio Robson Costa; sessão de 10/03/2020)

“ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Data do fato gerador: 03/02/2009

(...)

DENÚNCIA ESPONTÂNEA. MULTA PELA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO FORA DO PRAZO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. NÃO CABIMENTO. SÚMULA CARF N. 126.

A denúncia espontânea não alcança as penalidades infligidas pelo descumprimento dos deveres instrumentais decorrentes da inobservância dos prazos fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para prestação de informações à administração aduaneira, mesmo após o advento da nova redação do art. 102 do Decreto-Lei n.º 37, de 1966, dada pelo art. 40 da Lei n.º 12.350, de 2010. (...)” (Processo n.º 11128.000893/2009-10; Acórdão n.º 3201-008.075; Relator Conselheiro Arnaldo Diefenthaler Dornelles; sessão de 23/03/2021)

Assim, maiores digressões sobre o tema são desnecessárias, razão pela qual nega-se provimento ao Recurso Voluntário no tópico.

- Do Princípio da Reserva Legal (art. 97. Inc. V do CTN) e Das Obrigações Acessórias – Falta de Elemento Essencial

Com relação a tais argumentos recursais, sirvo-me do que foi decidido em caso análogo envolvendo a própria Recorrente, em que seu argumento foi rejeitado por unanimidade

de votos em processo paradigma de n.º 10711.724619/2013-73, apreciado em sede de recursos repetitivos, cuja decisão está ementada nos seguintes termos, na parcela que interessa:

“ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Período de apuração: 30/09/2008 a 22/12/2008

(...)

OBRIGAÇÃO DE PRESTAR INFORMAÇÕES. NECESSIDADE DE COMPROVAR EFETIVO PREJUÍZO AO FISCO EM DECORRÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO. INEXISTÊNCIA.

O núcleo do tipo infracional é simplesmente “deixar de prestar informação (...) na forma e no prazo estabelecidos”, não se exigindo qualquer resultado naturalístico para sua consumação.

O art. 94 do Decreto-lei n.º 37/66, ao definir o conceito de “infração”, não o condiciona a qualquer comprovação de prejuízo efetivo para o Fisco, mas tão somente à “inobservância, (...) de norma estabelecida neste Decreto-Lei (...) ou em ato administrativo de caráter normativo destinado a completá-los”. Além disso, possui comando expresso em seu § 2º no sentido de que a responsabilidade pelas infrações independe “da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato. (...)” (Processo n.º 10711.724619/2013-73; Acórdão n.º 3401-008.161; Relator Conselheiro Lázaro Antônio Souza Soares; sessão de 24/09/2020)

Do voto, reproduzo os principais excertos:

VII – DO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL (ART. 97 - CTN)

Alega o Recorrente que a IN RFB n.º 800/2007, ao equiparar a conduta de alteração de dados efetuada junto ao SISCOMEX CARGA com a não prestação de informação, criou, de forma equivocada, nova penalidade, não sendo tal criação recepcionada pelo Decreto-lei n.º 37/66, pois existe somente a previsão legal para aplicação de multa aquele que deixar de PRESTAR informações e não aquele que proceder com alterações.

Entretanto, como já destacado no tópico anterior, as informações que os intervenientes no transporte internacional de cargas estão obrigados a fornecer são as corretas, consentâneas com as mercadorias transportadas e operações realizadas, e no prazo fixado. Se essa obrigação fosse considerada cumprida mediante a prestação de informação errada, incompleta ou intempestiva, as normas que regulam esse procedimento se tornariam absolutamente ineficazes.

Não serviriam nem para a prevenção de ilícitos, nem para agilizar os procedimentos a cargo da Aduana, objetivos principais delas. Portanto, a infração que está sendo punida é o não fornecimento da informação legalmente exigida **na forma e no prazo estabelecido**, nos termos do art. 107, IV, “e” do Decreto-Lei n.º 37/1966, não estando seu suporte legal na IN RFB n.º 800/2007.

Pelo exposto, voto por negar provimento ao pedido do Recorrente.

VIII – DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS – DA ALEGAÇÃO DE FALTA DE ELEMENTO ESSENCIAL

Alega o Recorrente que não há um fim específico e próprio que justifique a penalidade. Falta o elemento essencial da finalidade de estar “no interesse da arrecadação ou fiscalização dos tributos”, conforme se verifica no § 2º, do art. 113, do CTN. Isto porque eventual descumprimento de prestar informações no prazo estipulado não gera qualquer efeito no âmbito arrecadatório ou fiscalizatório de tributos. A própria Autoridade Fiscalizadora não menciona qualquer prejuízo arrecadatório ao Fisco.

Contudo, analisando a regra positivada no art. 107, IV, “e”, do Decreto-Lei n.º 37/1966 e os fatos apresentados pelas autoridades fiscais, constato que ocorreu a perfeita subsunção dos fatos à norma. Observa-se que o núcleo do tipo infracional é

simplesmente “*deixar de prestar informação (...) na forma e no prazo estabelecidos*”, não se exigindo qualquer resultado naturalístico para sua consumação, ao contrário do que afirma o recorrente, que entende ser necessário verificar se houve prejuízo arrecadatário ao Fisco.

O art. 94 do mesmo diploma legal, ao definir o conceito de “infração”, não o condiciona a qualquer comprovação de prejuízo efetivo para o Fisco, mas tão somente à “*inobservância, (...) de norma estabelecida neste Decreto-Lei (...) ou em ato administrativo de caráter normativo destinado a completá-los*”. Além disso, possui comando expresso em seu § 2º no sentido de que a responsabilidade pelas infrações independe “*da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato*”:

Art. 94 - **Constitui infração toda ação ou omissão**, voluntária ou involuntária, **que importe inobservância**, por parte da pessoa natural ou jurídica, de **norma estabelecida neste Decreto-Lei**, no seu regulamento **ou em ato administrativo de caráter normativo destinado a completá-los**.

(...)

§ 2º - Salvo disposição expressa em contrário, **a responsabilidade por infração independe** da intenção do agente ou do responsável e da **efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato**.

A penalidade/sanção que foi imputada ao contribuinte é classificada, segundo a teoria penal, como crime/infração de mera conduta. Sobre esta classificação, assim se manifesta Rogério Greco, em Curso de Direito Penal – Parte Especial, vol. II, 2008, págs. 98/99:

Há tipos penais que dependem da produção de resultados naturalísticos para que possam se consumir; outros, embora prevendo tal resultado, não o exigem, bastando que o agente pratique a conduta descrita no núcleo do tipo; além desses, há infrações penais que não preveem qualquer resultado, narrando tão-somente o comportamento que se quer proibir ou impor, sob a ameaça de uma sanção penal.

(...)

Assim, nos termos do relatado inicialmente, crime material é aquele cuja consumação depende da produção naturalística de um determinado resultado, **previsto expressamente pelo tipo penal**, a exemplo do que ocorre com os arts. 121 e 163 do Código Penal. Dessa forma, somente haverá a consumação do delito de homicídio com o resultado morte da vítima, constante do tipo penal em questão; da mesma forma, somente podemos falar em dano consumado quando houver a destruição, deterioração ou inutilização da coisa alheia, conforme preconiza o art. 163 do Código Penal.

(...)

O crime de mera conduta, como a própria denominação diz, **não prevê qualquer produção naturalística de resultado no tipo penal**. Narra, tão-somente, o comportamento que se quer proibir ou impor, não fazendo menção ao resultado material, tampouco exigindo a sua produção, a exemplo do que ocorre com a violação de domicílio, tipificada no art. 150 do Código Penal.

O bem da vida tutelado pela norma jurídica é o correto funcionamento da Administração Aduaneira, protegendo esta contra qualquer conduta que possa, **por alguma forma, mesmo que em tese**, interferir na correta execução das funções de controle aduaneiro. O prejuízo à Administração Aduaneira já se materializa com a inobservância da norma legal, sequer sendo exigido a demonstração de como os controles aduaneiros foram efetivamente afetados.

A inexistência de ação do Fisco no sentido de determinar um prejuízo arrecadatário para o Fisco, conforme ressaltado pelo recorrente, não significa que não houve ofensa ao bem jurídico protegido, pois o legislador, ao positivar a norma protetiva, entendeu, ao realizar seu juízo de valor, que tal ação era desnecessária para caracterizar a materialidade do tipo infracional.

Nesse sentido, as seguintes decisões da Câmara Superior de Recursos Fiscais:

i) Acórdão nº 9303007.344, da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, sessão de 16/08/2018:

Assim, com a devida vênia, não há que se falar em fraude ou dolo, como assevera o recorrido, para a imputação da multa sob análise. **O fato típico da multa é, no caso, a prestação errada da informação, sem qualquer ressalva quanto à intenção dolosa do importador.** Deveras, como pontuado no recurso em exame, **sua natureza é objetiva, nos termos do art. 136 do CTN**, tendo como fundamento o Poder de Polícia Aduaneira, que visa, em *ultima ratio*, resguardar a soberania estatal. É dever do importador atender corretamente as exigências legais para a regular importação de mercadorias. A Lei assim impõe:

ii) Acórdão nº 9303007.347, da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, sessão de 16/08/2018:

REPETRO. MULTA. OMISSÃO DE INFORMAÇÃO.

Aplica-se a multa a que alude o art. 84 da MP 2.15835/2001, c/c art. 69 da Lei 10.833/2003, ao beneficiário de regime aduaneiro que omitir ou prestar de forma inexata ou incompleta informação de natureza administrativo-tributária, cambial ou comercial necessária à determinação do procedimento de controle aduaneiro apropriado. As informações relacionadas à “condição da mercadoria”, se esta se enquadrar na condição de “material usado”, devem ser informadas pelo beneficiário do regime na respectiva declaração de importação, conforme estabelecido em ato normativo da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Da mesma forma, as seguintes decisões de Turmas Ordinárias deste Conselho Administrativo de Recursos Fiscais:

i) Acórdão nº 3301006.064 – 3ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária, sessão de 24/04/2019:

Acordam os membros do Colegiado, **por unanimidade de votos**, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

(...)

"III.4 — A NECESSIDADE DE EFETIVO PREJUÍZO AO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADUANEIRO COMO REQUISITO PARA APLICAÇÃO DA MULTA POR INFORMAÇÃO INEXATA" Pleiteia a exclusão da multa em epígrafe, pois, nos termos do inciso III do caput do art. 711 do Decreto nº 6.759/09 (Regulamento Aduaneiro), **somente enseja a aplicação da multa em epígrafe a inexatidão na prestação de informação que cause dano ao controle aduaneiro**, o que não ocorreu no caso em tela erro na indicação da alíquota da COFINS Importação.

(...)

O inciso III do caput e do § 1º do art. 711 do RA é a de que **o legislador listou algumas informações cuja falta ou inexatidão no documento de importação considerou como prejudiciais ao controle aduaneiro e, por conseguinte, sujeitas à multa de 1% do valor aduaneiro.**

Adicionalmente, delegou à RFB a responsabilidade pela definição das demais informações que seriam imprescindíveis. Esta, por seu turno, incluiu, dentre elas, a alíquota da COFINS.

Assim, uma vez tipificada a infração e cominada a multa, este colegiado há de confirmá-la.

Nego provimento aos argumentos.

ii) Acórdão nº 3402005.824 – 3ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, sessão de 25/10/2018:

DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO. PAÍS DE ORIGEM DA MERCADORIA.
INFORMAÇÃO INEXATA. MULTA. TIPICIDADE.

A prestação de informação inexata na Declaração de Importação quanto ao país de origem da mercadoria é punida, nos termos do art. 69, §§1º e 2º, IV da Lei n.º 10.833/2003, com a penalidade prevista no art. 84 da Medida Provisória n.º 2.15835.

Salvo disposição em contrário, **a responsabilidade por infrações aduaneiras ou tributárias independe da intenção do agente ou do responsável**, nos termos do art. 94, §2º do Decreto-lei n.º 37/66 e do art. 136 do CTN, sendo este o caso da infração sob análise, para a qual não foi exigida pelo legislador, para a sua configuração, a presença do elemento subjetivo.

As alegações de ausência de prejuízo, de voluntariedade ou de má-fé são irrelevantes para afastar a infração tipificada no art. 69, §§1º e 2º, IV da Lei n.º 10.833/2003 c/c o art. 84 da Medida Provisória n.º 2.15835.

Acordam os membros do Colegiado, **por unanimidade de votos**, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

Por fim, os seguintes precedentes do STJ, não apenas sobre o presente tópico, mas sobre praticamente todas as alegações da defesa:

a) Recurso Especial n.º 1.846.073/SP. Relator Ministro Mauro Campbell Marques. Publicação em 08/06/2020:

Cuida-se de recurso especial manejado por C.H. ROBINSON WORLDWIDE LOGISTICA DO BRASIL LTDA, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, por unanimidade, deu provimento ao apelo da FAZENDA NACIONAL, resumido da seguinte forma:

(...)3. A finalidade da norma é responsabilizar não apenas os principais atuantes no comércio exterior (importador e exportador) pela prestação informações imprescindíveis ao exercício do poder de polícia sobre essa atividade, mas também os demais intervenientes na cadeia de logística, tais quais transportadores, agências de carga e operadores portuários.

(...)6. A responsabilidade por infrações à legislação tributária é objetiva, nos termos do art. 136 do CTN. Comprovados os fatos previstos como infração à legislação tributária, não é necessário quantificar os danos ao erário ou a intenção do agente, pois os prejuízos à administração aduaneira já foram previamente ponderados pelo legislador ao prever a infração.

7. Além do caráter punitivo e repressivo no caso da ocorrência da infração, a multa também possui viés preventivo no que se refere à coerção sobre o comportamento dos participantes da cadeia de comércio exterior a fim de que prestem as informações em tempo hábil, contribuindo para o ágil e eficiente desempenho do poder de polícia estatal. Por esse motivo, o valor da multa estabelecido no patamar fixo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) não se afigura desproporcional, tampouco possui caráter confiscatório, pois atende as finalidades da sanção. Precedentes.

8. Embora o Capítulo IV da IN 800/2007 tenha sido revogado pelo IN n.º 1.473/2014, conforme indicado pela apelante, a infração ainda subsiste, pois deriva diretamente da lei (art. 107, IV, "e", do Decreto-lei n.º 37/66, ainda em vigor), e não do ato infralegal invocado.

8. Em relação às infrações da legislação tributária por descumprimento de obrigações acessórias autônomas, não se aplica o instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN). Precedentes do STJ.

9. No caso em exame, a infração consiste em deixar de prestar informações no prazo previsto na legislação. Ainda que as informações sejam prestadas posteriormente, a conduta, de todo modo, não terá respeitado o prazo legal, razão pela qual é

inaplicável o instituto da denúncia espontânea na hipótese. Precedente da Terceira Turma.

10. Legítima a aplicação de quantas multas forem para cada conhecimento de carga que não tenha sido informado tempestivamente no Siscomex, o que não configura bis in idem, consoante remansosa jurisprudência desta C. Turma.

11. Embora a parte autora alegue que se trate de mera retificação de informações, é cediço que não foi realizada tempestivamente, conforme os fatos apurados pela autoridade fiscal. Por terem sido lançados dados incorretos no momento oportuno (até a atracação), apenas intempestivamente as informações exigidas passaram a constar no sistema, o que configurou a infração.

(...)

É o relatório. Passo a decidir.

(...)A irresignação não merece acolhida.

Da análise do acórdão recorrido verifica-se que as retificações das informações de carga da recorrente foram realizadas após o prazo de 48h previsto no art. 22 da Instrução Normativa – RFB n.º 800/2007, de modo que não há como afastar a aplicação da multa imposta com base no art. 107, IV, "e", do Decreto-Lei nº 37/1966 que dispunha o seguinte:

(...)

Ressalte-se que, consoante análise realizada na origem, a solução proferida na Consulta Interna Cosit/RFB nº2/2016, por excepcionar a aplicação da infração prevista na legislação nos casos de alteração ou retificação das informações já prestadas, comporta interpretação restritiva, e que extrai-se dos fundamentos do referido ato administrativo (item 11) que a solução proferida na Consulta se aplica às retificações que “podem ser necessárias no decorrer ou para a conclusão da operação de comércio exterior”, ou seja, decorrentes de fatos supervenientes ao registro inicial, não de mero erro ou negligência do operador ao inserir os dados no Siscomex.

A não aplicação do instituto da denúncia espontânea na hipótese, conforme farta jurisprudência desta Corte, corrobora com a impossibilidade de afastamento da multa, mesmo diante de retificação do erro antes de procedimento administrativo de fiscalização, uma vez que a obrigação acessória de informação correta das cargas no prazo foi descumprida.

Com efeito, a inserção do nova redação do § 2º no art. 102 do Decreto-Lei 37/1966, com redação dada pela Lei nº 12.350/2010, não alterou as razões de decidir da jurisprudência desta Corte, a qual entende que a denúncia espontânea não se aplica em caso de descumprimento de obrigação acessória autônoma.

Nesse sentido:

(...)

Incide na espécie a Súmula 568/STJ, segundo a qual "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema". Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

b) Recurso Especial nº 1.638.697/SC. Relatora Ministra Regina Helena Costa. Publicação em 10/10/2018:

Feito breve relato, decido.

(...)

Quanto às questões relativas à ilegitimidade passiva e à desproporcionalidade da multa, o tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos, manifestou-se nos seguintes termos (fls. 205/206 e 209e):

Da legitimidade passiva ad causam A apelante, em preliminar requer o reconhecimento de sua ilegitimidade passiva ad causam, escudada no argumento de que não é transportadora, mas mera representante da transportadora.

O argumento não se sustenta.

Com efeito, a qualidade de desconsolidadora de cargas é incontroversa nos autos, o que confere à parte autora a legitimidade passiva ad causam, nos termos do art. 37, § 1º, o qual estatui:

(...)

Da desproporcionalidade da multa Quanto ao montante da multa (R\$ 5.000,00), sem razão a alegação de que seria desproporcional.

Com efeito, tenho que a multa se revela condizente com a infração cometida e com o caráter pedagógico que deve nortear a pena, de forma a evitar a ocorrência da infração.

Nesse sentido:

(...)Por fim, também não socorre a apelante a alegação de ausência de intuito doloso e/ou dano ao erário, porquanto, neste caso, a penalidade aplicável seria mais gravosa - possivelmente, inclusive, com a apreensão da carga importada.

c) Recurso Especial nº 1.462.153/RS. Relator Ministro Herman Benjamin. Publicação em 28/11/2014:

É o relatório.

Decido.

(...)

A Instrução Normativa SRF nº 28 de 27 de abril de 1994 assim disciplinava o prazo para a prestação de informações:

(...)

Posteriormente, este artigo teve sua redação alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.096, de 13 de dezembro de 2010, nos seguintes termos:

(...)

A Autora pretende que seja considerada a nova redação do citado art. 37, nos termos do art. 106 do CTN:

(...)

Verifica-se que a nova legislação alterou o termo inicial do prazo para a prestação de informações. Entretanto, a norma não é expressamente interpretativa, não deixou de definir o fato como infração, continua exigindo uma ação e não lhe cominou penalidade menos severa, não se amoldando a nenhuma das hipóteses previstas no art. 106 do CTN.

Assim, não há como aplicar a legislação posterior ao fato pretérito.

Quanto às alegações de violação aos princípios constitucionais, adoto os fundamentos da sentença recorrida:

“A teor do art. 136 do CTN, 'salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.’”

Em razão desse dispositivo, a eventual boa-fé da ora embargante não exime sua responsabilidade. Além disso, não lhe socorre a invocação aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, pois a responsabilidade pela infração configura-se pelo descumprimento da obrigação tributária acessória, **independentemente de prejuízo para a Fazenda.**

A tipificação mostra-se adequada aos fatos descritos no auto de infração, e a embargante não logrou desconstituir, mediante prova em sentido contrário, a presunção de legitimidade e veracidade que opera em favor da atividade administrativa.”

Pelas razões transcritas, nada a proferir no tema.

Diante de todo o exposto, voto por negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Leonardo Vinicius Toledo de Andrade